

Keynes e os gastos com a Nova Guerra

Gustavo H. B. Franco

O nome de John Maynard Keynes, o mais celebrado economista do século recém terminado, tem sido novamente invocado em vão, desta vez em vista dos possíveis efeitos expansionistas sobre a economia americana da “Nova Guerra” ora em preparação. Pouco se sabe sobre como será tal coisa, mas convém retirar Keynes desse assunto desde o início.

Seu livro mais importante, de 1936, é conhecido até hoje como “A Teoria Geral”, uma rara e merecida honraria para a obra em tudo brilhante exceto no fato de que não era realmente “geral”. Keynes ensinou, para o horror de conservadores e deleite de heterodoxos, que havia certa racionalidade no desperdício de dinheiro público em obras inúteis, como a construção de pirâmides, ou em enterrar garrafas com dinheiro para que os desempregados as procurassem. Os exemplos são dele mesmo, mas o que se passava à sua volta, na época, em matéria de obras públicas, não era menos inusitado.

O governo brasileiro, por exemplo, ao longo da década de 1930, tocou fogo numa quantidade de café, estoques seus, equivalente a três anos inteiros de consumo mundial, uma irracionalidade que Celso Furtado descreveria nesses termos: “estávamos construindo as pirâmides que anos depois preconizaria Keynes”.

Como entender, com olhos de hoje, que o governo possa comprar café de fazendeiros paulistas e depois destruí-lo para fazer subir o preço? Certamente havia algo de excepcional naquelas circunstâncias, e por isso mesmo é que não é tão geral a Teoria Geral.

Naquela mesma época os nazistas, já no poder, levaram às últimas consequências esta lógica de usar dinheiro público para construir coisas a serem destruídas, para depois serem reconstruídas, e destruídas novamente. O gasto público como percentagem do PIB dobrou na Alemanha entre 1928 e 1939, o crescimento foi espetacular, 12% anuais para 1932-38, e o país montou a maior e mais destrutiva máquina de guerra até então conhecida. Com efeito, diante dos preparativos para a Guerra em grande escala, todos os outros remédios “keynesianos” para criar empregos pareciam homeopatia.

Isto não quer dizer, todavia, que a Guerra, ou qualquer outra forma de gasto público improdutivo ou irracional, seja sempre justificável por motivos “keynesianos”. Nada disso. O que fazia sentido durante a Grande Depressão pode ser totalmente descabido em nossos dias. Na verdade, várias guerras depois, tendo a participação do Estado na economia atingido limites incômodos em toda parte, em vista dos choques de oferta, dos capitais voláteis, das taxas de câmbio flexíveis e do fim da Guerra Fria é certo que o mundo deixou de ser keynesiano. Em toda parte, inclusive no Japão, elevações no gasto público não

necessariamente geram emprego, e frequentemente trazem inúmeras problemas.

A “Guerra” contra o terrorismo que os EUA estão a preparar nem de longe parece ter os efeitos fiscais, ou a escala de mobilização, que tiveram as anteriores. Os montantes de gasto de que se fala nos EUA são ínfimos para reanimar a economia americana, cujo gastos do setor público são da ordem de US\$ 3,2 trilhões anuais e, ademais, nem está muito longe do pleno emprego.

Salta aos olhos que os US\$ 40 bilhões já aprovados pelo Congresso Americano devem ser o quadruplo ou mais do PIB do Afeganistão, mesmo contando a riqueza gerada pela heroína e pelo contrabando empreendido pelas máfias de caminhões dos estados mais ao Norte, ex-repúblicas soviéticas. Todo o capital que o Afeganistão recebe do resto do mundo consiste em ajuda humanitária e não ultrapassa US\$ 150 milhões anuais.

Salta aos olhos também que nada seria mais danoso aos Talibãs e aos terroristas alojados naquela região, que um agressivo programa de desenvolvimento gastando-se uma fração do dinheiro que vai ser utilizado com as ações militares e de inteligência. Seria infinitamente mais barato, para não falar em razões humanitárias, e provavelmente muito mais eficaz para o combate ao terrorismo. Infelizmente, contudo, a guerra não é um assunto tratado por quem sabe fazer conta.